

CONVÊNIO ACADÊMICO INTERNACIONAL

CONVÊNIO que celebram a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Brasil)** e a **ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA, S.A. (Espanha)**, visando à **cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de estudantes e docentes/pesquisadores.**

Considerando que:

- a Universidade de São Paulo, especificamente a Faculdade de Saúde Pública, propicia e fomenta suas relações com outras Escolas de Saúde Pública e instituições estrangeiras mediante convênios específicos, para o ensino superior, para o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e também para contribuir com o estudo de novos questionamentos científicos.

- a Escuela Andaluza de Salud Pública, S.A. (EASP), criada pelo Acordo do Conselho do Governo da Junta de Andalucía de 2 de maio de 1985, é uma instituição dependente do Conselho de Saúde que assume a responsabilidade de coordenar e desenvolver a formação e especialização de profissionais no campo da saúde pública, dirigindo seus objetivos prioritários ao ensino, ao assessoramento, à investigação e à cooperação ao desenvolvimento, tanto dos profissionais (formação e conhecimento pessoal) como das Entidades (formação e conhecimento organizacional) no âmbito nacional e internacional.

- que ambas as instituições entendem, de comum interesse, a conveniência de impulsionar e ampliar os laços de colaboração e cooperação, com a finalidade de continuidade nos esforços que possibilitem desenvolver ações no campo da docência, da assessoria, da pesquisa e da cooperação em Saúde Pública, .

concordam em firmar o presente convênio, de um lado a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), Brasil, neste ato representada por seu Reitor, Prof. Dr. João Grandinho Rodas, no interesse da FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA e, de outro lado, a ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA, S.A. (EASP), constituída em escritura pública outorgada em Sevilla no dia 17 de julho de 1.985, perante Don Alfonso Cruz Auni6n, Notário de Sevilla, e inscrita no Registro Mercantil no Tomo 197 (geral), Livro 123, Secc6n 3ª. , ofício 8, folha no. 2.033, inscriç6n 1ª., com CIF n6mero A-180499635 e com sede na Calle Cuesta del Observatorio, no. 4 (Campus Universitario de Cartuja), 18011, Granada, Espanha, com poderes de representaç6n conforme escritura pública autorizada por Don Álvaro E.Rodríguez Espinosa, Notário de Granada, com data de 1 de abril julho de 2011, com n6mero de protocolo 540, neste ato representada por Don Carlos Artundo Purroy, atuando na qualidade de Consejero Delegado da EASP, de acordo com as cláusulas e condiç6es abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O convênio tem por objeto a cooperação acadêmica na área de Saúde Pública, a fim de promover o intercâmbio de: docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação, e de pós-doutores.

CLÁUSULA SEGUNDA - METAS E FORMA DA COOPERAÇÃO

Formas de cooperação no intercâmbio de:

2.1. Docentes/pesquisadores:

2.1.1. Os docentes/pesquisadores visitantes participarão de conferências, ensino e/ou pesquisa. A duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico (dois semestres).

2.1.2. O seguro saúde deverá ser providenciado pelo docente/pesquisador no país de origem.

2.1.3. Os salários dos docentes ou pesquisadores, com vínculo de emprego, serão pagos pela instituição de origem.

2.1.4. Não existirá nenhum tipo de relação de emprego entre o docente/pesquisador e a instituição receptora.

2.2. Estudantes de Pós-Graduação e Pós-Doutores:

2.2.1. Os estudantes serão selecionados por sua instituição de origem com base na excelência acadêmica. A aceitação ficará a cargo da instituição receptora.

2.2.2. Os estudantes aceitos pela instituição receptora serão considerados alunos de programa de intercâmbio e estarão sujeitos a todas as normas da instituição receptora, devendo observar as mesmas condições dos estudantes regulares.

2.2.3. Os estudantes participantes de programa de intercâmbio deverão ser estimulados a desenvolver um conhecimento do idioma do país da instituição receptora, compatível com a atividade a ser por eles desenvolvida.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um programa desenvolvido conjuntamente entre as duas instituições.

2.2.5. A duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico, salvo no caso de programas de duplo diploma.

2.2.6. Os programas de duplo diploma das co-orientações de teses, deverão ser objeto de documento específico, a ser firmado entre as partes interessadas.

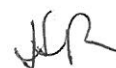
2.2.7. As instituições determinarão, de comum acordo, o número de estudantes para intercâmbio.

2.2.8. O seguro saúde deverá ser providenciado pelo aluno no país de origem, antes de sua chegada à instituição receptora.

2.2.9. Não existirá nenhum tipo de relação de emprego entre o estudante (ou o pós-doutor) e a instituição receptora.

CLÁUSULA TERCEIRA - SUPORTE FINANCEIRO

3.1. Os docentes envolvidos no intercâmbio não pagarão taxas na instituição receptora. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) correrão por conta do interessado, que poderá procurar financiamento junto a órgãos externos.



3.2. Os estudantes envolvidos no intercâmbio deverão pagar as taxas acadêmicas, quando existentes, em sua instituição de origem. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) poderão ser financiadas por órgãos externos ou ficarão a cargo do próprio estudante. A existência do convênio não implica compromisso de suporte financeiro por conta das instituições.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA USP E DA EASP

4.1. As duas instituições procurarão alcançar reciprocidade nas atividades contempladas por este convênio.

4.2. Ao final da estada do estudante, a instituição receptora enviará ao órgão apropriado da instituição de origem documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

4.3. A instituição de origem reconhecerá os resultados acadêmicos obtidos pelo estudante na instituição receptora, com base em programa de trabalho previamente acordado entre as duas instituições e em seus créditos e/ou carga horária.

4.4. As duas instituições se comprometem a promover a integração dos estudantes na vida acadêmica/atividades da instituição receptora.

4.5. A instituição receptora deverá prover condições de pesquisa e local apropriados para o trabalho do docente/pesquisador visitante, na medida de suas possibilidades.

4.6. Cada vez que se queira realizar um intercâmbio, será necessário que a instituição de origem o solicite, através da coordenação do convênio, à instituição receptora.

4.7. O intercâmbio estará condicionado à disponibilidade de vagas na instituição receptora.

4.8. A colaboração a ser estabelecida entre as partes através deste convênio, será concretizada em projetos individuais, cujas condições e características serão definidos em Convênios Específicos de Pesquisa, firmados pelos representantes legais de ambas as instituições.

4.9. O Convênio Específico de Pesquisa definirá o projeto que se realizará conjuntamente, o objeto e termos de referência, assim como os mecanismos de avaliação e demais aspectos que as partes considerarem convenientes. Nele também se determinará a distribuição das atividades e a programação dos recursos materiais e humanos necessários a sua realização. Serão definidos também os direitos morais sobre as criações intelectuais (direitos autorais), os direitos sobre a informação resultante das atividades conjuntas, os direitos de reprodução, distribuição, comunicação pública, patentes e comercialização das criações intelectuais advindas dos projetos.

CLÁUSULA QUINTA – COORDENAÇÃO DO CONVÊNIO

5.1. Para constituir a Coordenação técnica e administrativa do presente convênio são indicados pela USP, a Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus, e pela EASP, o Diretor da Área de Conhecimento de Saúde Internacional, Don José Ignacio Oleaga Usategui.

5.2. Caberá à referida Coordenação a busca de soluções e o encaminhamento de questões acadêmicas e administrativas que surgirem durante a vigência do presente convênio, bem como a supervisão das atividades.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo prazo de **5 (cinco) anos**, a partir da data em que for assinado pelos representantes de ambas as partes. Findo este prazo, o convênio poderá ser re-editado, de comum acordo entre as partes, através da elaboração de um novo convênio. Quaisquer mudanças nos termos deste convênio deverão ser efetuadas através de Termo Aditivo devidamente acordado entre as partes signatárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA OITAVA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente convênio, as partes enviarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

E por estarem assim justas e convencionadas, as partes assinam o presente termo em três vias de cada versão, em espanhol e em português, de igual teor e para um só efeito.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**ESCUELA ANDALUZA DE SALUD
PÚBLICA, S.A.**


Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor
Prof. Dra. Helena Ribeiro
Diretora
Faculdade de Saúde Pública USP
Potência GR 4550/09


Don Carlos Artundo Purroy
Consejero Delegado

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA


Prof. Dra. Helena Ribeiro
Diretora

Data: 27 / 09 / 2011

Data: 16/06/2011

CONVENIO ACADÉMICO INTERNACIONAL

Convenio que celebran la UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Brasil) y la ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA, S.A (España), teniendo como objetivo la cooperación académica para el intercambio de estudiantes y docentes/investigadores.

Considerando que:

- la Universidade de São Paulo (USP), específicamente la Faculdade de Saúde Pública, propicia y fomenta sus relaciones con otras Escuelas de Salud Pública y instituciones extranjeras mediante convenios específicos, para la enseñanza superior, para el desarrollo de la investigación científica y tecnológica y también para contribuir al estudio de nuevos cuestionamientos científicos.
- la Escuela Andaluza de Salud Pública, S.A. (EASP), creada por Acuerdo del Consejo de Gobierno de la Junta de Andalucía de 2 de mayo de 1985, es una institución dependiente de la Conserjería de Salud que asume la responsabilidad de coordinar y desarrollar la formación y especialización de profesionales en el campo de la salud pública, dirigiendo sus objetivos prioritarios a la enseñanza, el asesoramiento, la investigación y la cooperación al desarrollo, tanto de los profesionales (formación y conocimiento personal) como de las Entidades (formación y conocimiento organizacional) en el ámbito nacional e internacional.
- que ambas instituciones entienden de su común interés la conveniencia de impulsar lazos de colaboración y cooperación, con el fin de aunar esfuerzos que permitan desarrollar actuaciones en el campo de la docencia, la asesoría, la investigación y la cooperación en la área de la Salud Pública,

acuerdan en firmar el presente convenio, por una parte la UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), Brasil, representada en este acto por su Rector, Prof. Dr. João Grandino Rodas, por interés de la FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA y, por la otra parte, la ESCUELA ANDALUZA DE SALUD PÚBLICA, S.A. (EASP) constituida en escritura pública otorgada en Sevilla el día 17 de julio de 1.985, ante Don Alfonso Cruz Aunión, Notario de Sevilla, e inscrita en el Registro Mercantil al Tomo 197 general, Libro 123 de la Sección 3ª, folio 8, hoja nº 2.033, inscripción 1ª, con CIF núm. A-18049635 y con domicilio social en C/ Cuesta del Observatorio, nº 4 (Campus Universitario de Cartuja), 18011 de Granada, con poderes de representación conforme a escritura pública autorizada por Don Álvaro E. Rodríguez Espinosa, Notario de Granada, con fecha de 1 de abril de 2011, con el número de protocolo 540, representada en este acto por don Carlos Artundo Purroy, Consejero Delegado de EASP, de conformidad con los términos y condiciones siguientes:

CLÁUSULA PRIMERA – OBJETO

El presente convenio tiene por objeto la cooperación académica en el área de Salud Pública, a fin de promover el intercambio de: docentes/investigadores, estudiantes de postgrado y postdoctorado.

CLÁUSULA SEGUNDA - METAS Y FORMA DE LA COOPERACIÓN

Formas de cooperación en el intercambio de:

2.1. Docentes/investigadores:

2.1.1. Los docentes/investigadores visitantes participarán de conferencias, enseñanza y/o investigación. La duración de la estadía no deberá exceder un año académico (dos semestres).

2.1.2. El seguro de salud deberá gestionarlo el docente/investigador en el país de origen.

2.1.3. Los salarios de docentes o investigadores, con vínculo de empleo, los pagará la institución de origen.

2.1.4. No existirá ningún tipo de relación laboral entre el docente/investigador y la institución receptora.

2.2. Estudiantes de Postgrado y Post-doctorado:

2.2.1. Los estudiantes serán seleccionados por su institución de origen con base en la excelencia académica. La aceptación quedará a cargo de la institución receptora.

2.2.2. Los estudiantes aceptados por la institución receptora serán considerados alumnos del programa de intercambio y estarán sujetos a todas las normas de la institución receptora, debiendo observar las mismas condiciones de los estudiantes regulares.

2.2.3. Los estudiantes participantes en el programa de intercambio deberán ser estimulados a desarrollar el conocimiento del idioma del país de la institución receptora, compatible con la actividad que será desarrollada.

2.2.4. Cada estudiante deberá seguir un programa desarrollado conjuntamente entre las dos instituciones.

2.2.5. La duración de la estadía no deberá exceder un año académico, salvo en caso de programas de doble diploma.

2.2.6. Los programas de doble diploma de las cotutorías de tesis, deberán ser objeto de un documento específico que será firmado entre las partes interesadas.

2.2.7. Las instituciones determinarán, de común acuerdo, el número de estudiantes para intercambio.

2.2.8. El seguro de salud deberá gestionarlo el alumno en el país de origen, antes de su llegada a la institución receptora.

2.2.9. No existirá ningún tipo de relación laboral entre el estudiante y la institución receptora.

CLÁUSULA TERCERA – SOPORTE FINANCIERO

3.1. Los docentes participantes en el intercambio no pagarán tasas en la institución receptora. Los demás gastos (viajes, hospedaje, etc.) quedarán a cargo del interesado, que podrá buscar financiación con órganos externos.

3.2. Los estudiantes participantes en el intercambio deberán pagar las tasas académicas, cuando éstas existan, en su institución de origen. Los demás gastos (viaje, hospedaje, etc.)

podrán ser financiados por órganos externos o quedarán a cargo del propio estudiante. La existencia del convenio no implica un compromiso de soporte financiero por cuenta de las instituciones.

CLÁUSULA CUARTA – OBLIGACIONES DE LA USP Y DE LA EASP

4.1. Las instituciones procurarán alcanzar reciprocidad en las actividades contempladas en este convenio.

4.2. Al final de la estadía del estudiante, la institución receptora enviará al órgano apropiado de la institución de origen un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, cuando sea el caso.

4.3. La institución de origen reconocerá los resultados académicos obtenidos por el estudiante en la institución receptora, con base en un programa de trabajo previamente acordado entre las dos instituciones y en sus créditos y/o carga horaria.

4.4. Las instituciones se comprometen a promover la integración de los estudiantes en la vida académica/actividades de la institución receptora.

4.5. La institución receptora deberá proveer las condiciones de investigación y el lugar apropiado para el trabajo del docente/investigador visitante, en la medida de sus posibilidades.

4.6. Cada vez que se quiera realizar un intercambio será necesario que la institución de origen lo solicite, a través de la coordinación del convenio, a la institución receptora.

4.7. El intercambio quedará condicionado a la disponibilidad de plazas en la institución receptora.

4.8. La colaboración que se acuerde desarrollar por ambas partes será concretada en proyectos individuales, cuyas condiciones y características serán recogidos en los Convenios Específicos de Desarrollo, que se firmen al respecto por los representantes legales de ambas instituciones.

4.9. El Convenio Específico de Desarrollo definirá los proyectos a realizar conjuntamente, el objeto y términos de referencia de los mismos, así como los mecanismos de evaluación y demás aspectos que las partes estimen conveniente. Asimismo, se determinará la distribución por actividades y la programación de los recursos materiales y personales que al mismo se aporten. Serán definidos también los derechos morales sobre las creaciones intelectuales, los derechos sobre la información resultante de actividades conjuntas, los derechos de reproducción, distribución, comunicación pública, patentes y comercialización de las creaciones intelectuales surgidas de los proyectos.

CLÁUSULA QUINTA – COORDINACIÓN DEL CONVENIO

5.1. Para constituir la Coordinación técnica y administrativa del presente convenio son indicados por la USP la Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus y por la EASP el Director del Área de Conocimiento de la Salud Internacional, Don José Ignacio Oleaga Usategui.

5.2. Le incumbirá a la referida Coordinación la búsqueda de soluciones y la remisión de las cuestiones académicas y administrativas que surjan durante la vigencia del presente convenio, así como la supervisión de las actividades.

CLÁUSULA SEXTA – VIGENCIA

El presente convenio tendrá una vigencia de 5 (cinco) años, a partir de la fecha en que lo firmen los representantes de ambas partes. Finalizado este plazo, el convenio podrá ser re-editado, de común acuerdo entre las partes, a través de la elaboración del nuevo convenio. Cualquier cambio en los términos de este convenio deberá efectuarse a través de una Enmienda debidamente acordada entre las partes signatarias.

CLÁUSULA SÉPTIMA – DENUNCIA

El presente convenio podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las partes, mediante comunicación expresa, con una antelación mínima de 90 (noventa) días. En caso que haya cuestiones pendientes de desarrollar, las partes definirán, mediante un Término de Cierre del Convenio, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los trabajos y demás cuestiones pendientes, respetándose las actividades en curso.

CLÁUSULA OCTAVA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente convenio, las partes realizarán sus mayores esfuerzos en la búsqueda de una solución consensual. No siendo posible, indicarán, de común acuerdo, a un tercero, persona física, para actuar como mediador.

Y en prueba de conformidad y aceptación, las partes firman el presente término en tres ejemplares de cada versión, en español y en portugués, de igual contenido y a un sólo efecto.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**ESCUELA ANDALUZA DE SALUD
PÚBLICA, S.A.**

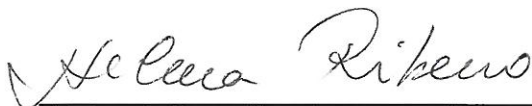


Prof. Dr. João Grandino Rodas
Rector


Prof. Dra. Helena Ribeiro
Diretora
Faculdade de Saúde Pública/USP
Ribeiro ga 45504


Don Carlos Artundo Purroy
Consejero Delegado

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA



Prof. Dra. Helena Ribeiro
Directora

Data: 27 / 09 / 2011

Data: 16/06/2011